



# Santa Fé Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2024  
e relatório do auditor independente**



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas  
Santa Fé Energia S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Fé Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na



Santa Fé Energia S.A.

elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



Santa Fé Energia S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 26 de setembro de 2025

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Leandro Sidney Camilo da Costa'.

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SC000160/F-5

Leandro Sidney Camilo da Costa  
Contador CRC 1SP236051/O-7

**Santa Fé Energia S.A.**

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

<b>Ativo</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31.12.2024</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>Passivo</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31.12.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.617	3.877	Fornecedores	11	572	707
Contas a receber	8	9.180	5.530	Partes relacionadas	13	3.578	398
Partes relacionadas	13	8	—	Arrendamentos		68	—
Tributos a recuperar		882	1.061	Tributos a recolher	14	587	536
Estoques		1.478	—	Imposto de renda e contribuição social	12	601	370
Repactuação do risco hidrológico	21.2	253	231	Dividendos a pagar	15.4	7.176	7.039
Outros ativos		167	165	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>12.582</b>	<b>9.050</b>
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>16.585</b>	<b>10.864</b>	<b>Não circulante</b>			
<b>Não circulante</b>				Arrendamentos		109	—
Repactuação do risco hidrológico	21.2	1.002	1.255	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>109</b>	<b>—</b>
Outros ativos		504	504	<b>Total do passivo</b>		<b>12.691</b>	<b>9.050</b>
Imobilizado	9	126.824	132.001	<b>Patrimônio líquido</b>	15		
Intangível	10	6.208	6.881	Capital social	15.1	79.371	86.371
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>134.538</b>	<b>140.641</b>	Reservas de Lucros	15.3	59.061	56.084
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>138.432</b>	<b>142.455</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>151.123</b>	<b>151.505</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio líquido</b>		<b>151.123</b>	<b>151.505</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Santa Fé Energia S.A.**

Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

	<b>Nota explicativa</b>	<b>31.12.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
<b>Receita líquida</b>		<b>51.218</b>	<b>43.875</b>
Custos			
Custo do fornecimento de energia elétrica	17	(13.481)	(10.099)
<b>Lucro bruto</b>		<b>37.737</b>	<b>33.776</b>
(Despesas) Receitas operacionais			
Gerais e administrativas	17	(6.422)	(3.458)
Outras (despesas) receitas		(6)	(2)
		(6.428)	(3.460)
<b>Lucro operacional</b>		<b>31.309</b>	<b>30.316</b>
Receitas financeiras	18	1.133	1.154
Despesas financeiras	18	(226)	(65)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		907	1.089
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>32.216</b>	<b>31.405</b>
Imposto de renda e contribuição social	12	(2.002)	(1.768)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>30.214</b>	<b>29.637</b>
Lucro básico e diluído por lote de mil ações (R\$)	20	0,363	0,343

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Santa Fé Energia S.A.**

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

	<b>Nota explicativa</b>	<b>31.12.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>		<b>30.214</b>	<b>29.637</b>
Outros componentes do resultado abrangente		—	—
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>30.214</b>	<b>29.637</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Santa Fé Energia S.A.**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

		Reservas de lucros				
	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
		<b>86.371</b>	<b>11.950</b>	<b>36.782</b>	—	<b>135.103</b>
Dividendos adicionais distribuídos	15.4	—	—	(15.246)	—	(15.246)
Lucro líquido do exercício		—	—	—	29.637	29.637
Constituição de reserva legal	15.3.1	—	1.482	—	(1.482)	—
Destinação de dividendos obrigatórios	15.4	—	—	—	(7.039)	(7.039)
Constituição de reserva de retenção de lucros	15.3	—	—	21.116	(21.116)	—
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>86.371</b>	<b>13.432</b>	<b>42.652</b>	—	<b>142.455</b>
Redução de capital	15.1	(7.000)	—	—	—	(7.000)
Dividendos adicionais distribuídos	15.4	—	—	(20.061)	—	(20.061)
Lucro líquido do exercício		—	—	—	30.214	30.214
Constituição de reserva legal	15.3.1	—	1.512	—	(1.512)	—
Destinação de dividendos obrigatórios	15.4	—	—	—	(7.177)	(7.177)
Constituição de reserva de retenção de lucros	15.3	—	—	21.526	(21.526)	—
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>79.371</b>	<b>14.944</b>	<b>44.117</b>	—	<b>138.432</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Santa Fé Energia S.A.**

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

	<b>Notas explicativas</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		32.216	31.405
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos:			
Depreciação e amortização	9	4.738	4.862
Despesas financeiras sobre arrendamentos		18	—
Total ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos:		4.756	4.862
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>			
Estoques		38	—
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	8	(3.650)	711
Créditos tributários a recuperar		179	(67)
Partes relacionadas	13	3.172	(1.379)
Movimentações de outros ativos		232	263
Fornecedores		(135)	434
Imposto e contribuição a pagar	12	50	297
Movimentações de outros passivos		358	—
<b>Total das variações nos ativos e passivos:</b>		244	259
Caixa gerado nas operações		37.216	36.526
Imposto de renda e contribuição social pagos	12	(1.771)	(1.768)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais</b>		35.445	34.758
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de bens do imobilizado e intangível	9	(406)	(9.150)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento</b>		<b>(406)</b>	<b>(9.150)</b>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital social		(7.000)	—
Pagamentos de arrendamentos		(199)	(99)
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	15	(27.100)	(24.391)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento</b>		<b>(34.299)</b>	<b>(24.490)</b>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		740	1.118
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.877	2.759
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		4.617	3.877
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		740	1.118

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **1 Contexto operacional**

A Santa Fé Energia S.A. (Companhia ou Santa Fé), constituída em 30 de maio de 2007, sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, controlada integral da Statkraft Energias Renováveis S.A. (Statkraft), tem como objeto social a: atuação na realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de aproveitamentos hidráulicos; comercialização da energia gerada por esses e outros empreendimentos; práticas de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades; e participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios como acionistas.

A Companhia possui autorização para atuar como produtor independente de energia elétrica mediante a exploração do potencial hidráulico denominado Francisco Gross com 29.000 KW de potência instalada, por meio da Resolução da ANEEL nº 482/01, pelo prazo de 30 (trinta) anos, vigente a partir de 13 de novembro de 2001, não sendo requerido qualquer pagamento pelo uso do bem público. Ao final do prazo da referida autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

## **2 Aprovação das demonstrações financeiras**

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 25 de setembro de 2025.

## **3 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras**

### **3.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras

### **3.2 Continuidade operacional**

Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando, tendo portanto, preparado suas demonstrações financeiras baseada no princípio da continuidade

### **3.3 Moedas funcionais e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia, sendo o real sua moeda funcional e de apresentação. Dessa forma, as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### **3.4 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

### **3.5 Contas a receber**

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes da venda de energia elétrica conforme mecanismos estabelecido pela CCEE. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), se aplicável.

### **3.6 Instrumentos Financeiros**

A administração classifica seus ativos e passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado. A classificação depende dos termos contratuais dos fluxos de caixa e do modelo de negócios da empresa no que tange a gestão desses instrumentos.

#### **3.6.1 Custo amortizado**

Os ativos e passivos financeiros cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento ou recebimento de principal e juros, ambos com base no método da taxa efetiva de juros. O reconhecimento da atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (impairment) se aplicável, são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

### **3.7 Impairment de ativos financeiros**

#### **3.7.1 Ativos mensurados ao custo amortizado**

A Companhia avalia no final de cada exercício do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado do modelo de perdas de crédito esperadas baseado no aumento significativo do risco de crédito considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

O montante da perda por impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Como um expediente prático, a companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

### **3.8 Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição e/ou construção de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo em separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

A depreciação é calculada pelo método linear, considerando as taxas que representam o valor residual do mobilizado ao fim da autorização com base na vida útil estabelecida pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL.

### **3.9 Intangível**

Está representado pelos custos correspondentes a aquisição de sistemas de informação, valores de compensações ambientais e ativo regulatório decorrente da extensão da autorização. Os softwares são amortizados pela vida útil esperada pela sua utilização, e as compensações ambientais pelo prazo de autorização da usina.

#### **3.9.1 Compensações ambientais**

A Compensação Ambiental é um mecanismo financeiro de compensação pelos efeitos de impactos não mitigáveis ocorridos quando da implantação de empreendimentos, e identificados no processo de licenciamento ambiental. Estes recursos são destinados as Unidades de Conservação para a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Entende-se que o benefício desta compensação se dá por todo o período de operação da planta independente da liquidação financeira, e que seu valor é mensurado conforme o percentual aplicado ao total de ativo imobilizado (ou seja, de forma confiável), preenchendo assim as prerrogativas para reconhecimento de ativos intangíveis.

#### **3.10 Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)**

A Companhia avalia anualmente, os bens do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou de intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (impairment) é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

Em 31 de dezembro de 2024, não há indicação de desvalorização que possa requerer a contabilização de provisão para ajuste de ativo ao seu valor de recuperação.

#### **3.11 Demais ativos circulantes e não circulantes**

Impostos a recuperar consistem, substancialmente, em créditos decorrentes de Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto de Renda e Contribuição Social (IRPJ e CSLL), decorrentes da retenção na fonte sobre serviços prestados, fornecimento de energia elétrica e outros, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas. As despesas antecipadas, representadas pelos custos incorridos na contratação de Seguro Operacional e Risco Civil, são apropriados pro rata temporis ao longo do prazo de cobertura. As despesas com seguro regulatório são reconhecidas pelo seu valor presente calculado com base no IPCA anual projetado e, assim como as despesas financeiras incorridas, são apropriadas ao longo do prazo de outorga da usina ou do contrato de venda de energia conforme contrato de repactuação do risco hidrológico.

#### **3.12 Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante, são as devidas num prazo maior que 12 meses.

#### **3.13 Imposto de renda e contribuição social correntes**

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. As despesas de imposto de renda e contribuição social do final do exercício compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **3.14 Lucro presumido**

Conforme facultado pela legislação fiscal vigente, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

### **3.15 Demais passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

### **3.16 Capital Social**

A Companhia possui ações ordinárias, que são classificadas integralmente no patrimônio líquido.

### **3.17 Resultado por ação**

A Companhia calcula o resultado por ação utilizando a média ponderada de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação. O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, não há diferença entre o resultado básico por ação e o resultado diluído por ação.

### **3.18 Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada em assembleia de acionistas, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto social da Companhia.

### **3.19 Autorização não onerosa**

A Companhia obteve da ANEEL a autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, não sendo requerido qualquer pagamento pelo Uso do Bem Público - UBP. A Companhia analisou a autorização e o contrato de venda de energia firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e concluiu que os mesmos estão fora do alcance da interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

### **3.20 Reconhecimento da receita**

#### **3.20.1 Venda de energia elétrica**

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado quando a entrega de energia elétrica ocorre e o controle do cliente sobre esta energia é estabelecido. A Companhia faz parte do MRE e, portanto, tem a receita reconhecida conforme sua garantia física mensal alocada, independente da disponibilização de energia elétrica gerada no SIN. Contudo, caso os participantes do MRE não entreguem o volume de energia elétrica necessária para manutenção da garantia física de cada usina, há a aplicação do Generation Scalling Factor - GSF, que reduz a garantia física das usinas, e, por consequência, suas receitas.

#### **3.20.2 Transações de compra e venda de energia elétrica no mercado de curto prazo**

Os registros das transações de compra e venda de energia no mercado de curto prazo são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Companhia.

#### **3.21 Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados**

- CPC 26 (R1) (IAS 1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”: Em janeiro de 2020, as alterações emitidas pelo IASB especificaram os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. Tais especificações determinaram que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Sendo então a regra aplicável apenas sobre as entidades que são requeridas a cumprir esta mensuração até a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.
- Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa.
- Alterações ao IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

#### **Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

- IFRS 18 (substituirá o CPC 26 (R1)) - Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis: o novo pronunciamento introduz novos conceitos de apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Como principais alterações podemos destacar: i) estrutura da demonstração do resultado; ii) divulgação das medidas de desempenho definidas pela administração em uma única nota explicativa das demonstrações financeiras; iii) Orientações aprimoradas dos princípios de agregação e abertura de informações que se aplicam as demonstrações financeiras e suas notas explicativas. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2027, sendo sua aplicação retrospectiva abrangendo, portanto, as informações comparativas.

A Companhia está no processo de avaliação do impacto do novo padrão com relação à estrutura da demonstração do resultado, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais em notas explicativas, incluindo análise das agregações e aberturas das informações financeiras exigidas para administração.

- A Reforma Tributária promulgada conforme Emenda Constitucional nº 32 promove um modelo que prevê alterações na apuração e reconhecimento contábil dos impostos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Será implementado um período de transição de 2026 a 2032 onde o antigo e o novo sistemas tributários coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando se der a finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária sobre o reconhecimento contábil dos referidos impostos acima nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Adicionalmente são escopo de análise, os efeitos da reforma tributária internacional sobre as regras do modelo Pilar Dois e seus impactos sobre a tributação mínima efetiva sobre os lucros gerados. Por intermédio da Lei 15.079, de 27 de dezembro de 2024, foi instituído um adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para empresas que fazem parte de grupos multinacionais, como parte da adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (Regras GloBE), com o objetivo de garantir que haja tributação mínima efetiva de 15% sobre os lucros gerados por essas empresas, alinhando-se às regras do modelo do Pilar Dois da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e garantindo-se que os tributos seja recolhidos na jurisdição onde os lucros foram gerados.

A Companhia avalia os referidos impactos a fim de verificar se possui uma taxa efetiva Globe de imposto superior a 15% e aplicou a exceção ao reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com tributos sobre o lucro do Pilar Dois, conforme previsto nas alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, emitidas em maio de 2024, e, por isso, não há qualquer impacto da legislação do Pilar Dois no cálculo dos tributos sobre o lucro diferidos no exercício de 2024.

A Companhia avalia as alterações que tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

#### **4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Quando aplicável, com base em premissas, a Companhia faz estimativas contábeis das demonstrações financeiras anuais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Não há estimativas e premissas que possuem grau elevado de julgamento e complexidade, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para serem divulgadas.

##### **4.1 Vida útil do ativo imobilizado**

A Companhia estima a vida útil do ativo imobilizado das usinas hídricas utilizando as taxas de depreciação que representam o valor residual do imobilizado ao fim da concessão, de acordo com as taxas de depreciação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em função do entendimento da Administração da Companhia no sentido de haver direito à indenização dos valores residuais ao final da concessão/autorização. Caso haja alteração no cenário regulatório ou à medida que fatos novos relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado.

Anualmente, a companhia avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil.

#### **4.2 Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração**

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. A Companhia realiza a cada emissão de demonstrações financeiras, ou sempre que houver indicativos, uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas “Imobilizado”, “Intangível”.

A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

#### **4.3 Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas**

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento de assessores jurídicos e da administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

## 5 Política de gestão de riscos financeiros

### 5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia expõem a mesma à diversos riscos financeiros. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos ao seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo Statkraft, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, bem como pelas políticas de tesouraria da SKER. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

<b>Risco</b>	<b>Exposição</b>	<b>Metodologia utilizada para</b>	<b>Mensuração</b>
Risco de mercado – câmbio	Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Previsão de fluxos de caixa	Monitoramento das curvas de câmbio
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e ativos de contratos	Análise de vencimento e Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ ratings Orientação de investimento em instrumentos de dívida Linhas de crédito disponíveis
Risco de liquidez	Passivos de contrato	Provisões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

### 5.2 Risco de mercado

#### 5.2.1 Risco com taxa de câmbio

O risco com taxa de câmbio é oriundo da exposição da Companhia em outras moedas estrangeiras em relação a possíveis perdas decorrentes caso haja desvalorização da moeda real (R\$) em relação a elas.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía passivos denominados em moeda estrangeira com partes relacionadas. A Companhia entende que a exposição a esse risco está mitigada.

### 5.3 Risco de crédito

O risco de crédito é oriundo das partes terceiras à Companhia que podem deixar de cumprir suas obrigações para com ela, principalmente em relação ao contas a receber. A Companhia possui contratos de venda de energia de longo prazo que garantem o recebimento dentro de certos limites de geração de energia independente do volume mitigando portanto a exposição a esse risco.

### 5.4 Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

## Santa Fé Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo a receber de energia é reconhecido mensalmente, conforme seu fornecimento. A Companhia e o Grupo Statkraft entendem que a própria Companhia irá operacionalmente gerar caixa suficiente para liquidar suas obrigações de curto prazo. Ademais, se necessário, os seus acionistas poderão prover recursos financeiros necessários para manutenção das obrigações de curto prazo.

### 6 Instrumentos financeiros

#### 6.1 Instrumentos financeiros por categoria

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
<b>Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	4.617	3.877
Contas a receber	9.180	5.530
Partes relacionadas	8	—
	<u><b>13.805</b></u>	<u><b>9.407</b></u>
<b>Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado</b>		
Fornecedores	571	707
Dividendos	7.176	7.039
Partes relacionadas	3.578	398
Arrendamentos	176	—
	<u><b>11.501</b></u>	<u><b>8.144</b></u>

### 7 Caixa e equivalente de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários em conta movimento ou aplicações financeiras de liquidação imediata.

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Contas bancárias em moeda funcional	41	347
Aplicações financeiras com liquidez imediata	4.576	3.530
	<u><b>4.617</b></u>	<u><b>3.877</b></u>

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários (CDB) e são remunerados a taxa média de 97,00% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (98,00% em 31 de dezembro de 2023). São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

**Santa Fé Energia S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**8 Contas a receber**

	<b>31.12.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
Fornecimento de energia elétrica	6.182	5.523
Saldo de mercado de curto prazo	2.998	7
	<b>9.180</b>	<b>5.530</b>

**Apresentados como:**

Ativo circulante	9.180	5.530
------------------	-------	-------

A Companhia avalia a qualidade de crédito de cada um de seus clientes periodicamente. Para os saldos apresentados não existem títulos em atraso, e tampouco riscos para provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

A classificação dos títulos a receber por vencimento pode ser assim demonstrada:

	<b>31.12.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
A vencer	8.525	5.001
Até 30 dias	136	35
De 151 até 180 dias	8	—
Mais de 181 dias	511	494
<b>Total contas a receber</b>	<b>9.180</b>	<b>5.530</b>

**Santa Fé Energia S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**9 Imobilizado**

Abaixo se encontra demonstrado a movimentação de imobilizado, bem como suas respectivas taxas médias de depreciação anual:

	Taxa média de depreciação a.a.	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
		31.12.2024			31.12.2023		
Terrenos	—	4.794	—	4.794	4.794	—	4.794
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,87 %	87.551	(29.618)	57.933	87.551	(27.670)	59.881
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,30 %	15.876	(5.048)	10.828	15.876	(4.711)	11.165
Máquinas e Equipamentos	4,02 %	47.234	(20.488)	26.746	46.723	(19.192)	27.531
Linhas de transmissão	2,90 %	5.328	(1.968)	3.360	5.328	(1.816)	3.512
Outros ativos	6,80 %	1.592	(568)	1.024	378	(226)	152
Imobilizado em curso	—	21.929	—	21.929	24.966	—	24.966
Arrendamentos	33,33 %	210	—	210	—	—	—
		<b>184.514</b>	<b>(57.690)</b>	<b>126.824</b>	<b>185.616</b>	<b>(53.615)</b>	<b>132.001</b>

	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Linhas de transmissão	Outros ativos	Imobilizado em curso	Arrendamentos	Total
<b>Saldo em 1.01.2023</b>	<b>4.794</b>	<b>62.376</b>	<b>11.237</b>	<b>28.834</b>	<b>3.664</b>	<b>176</b>	<b>15.865</b>	<b>104</b>	<b>127.050</b>
Adições	—	—	—	—	—	—	9.150	—	9.150
Transferências	—	(547)	265	287	—	(3)	—	47	49
Depreciação	—	(1.948)	(337)	(1.590)	(152)	(21)	(49)	(151)	(4.248)
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>4.794</b>	<b>59.881</b>	<b>11.165</b>	<b>27.531</b>	<b>3.512</b>	<b>152</b>	<b>24.966</b>	<b>—</b>	<b>132.001</b>
Adições	—	—	—	—	—	—	406	—	406
Transferências	—	—	—	511	—	1.214	(1.935)	210	—
Reclassificação *	—	—	—	—	—	—	(1.508)	—	(1.508)
Depreciação	—	(1.948)	(337)	(1.296)	(152)	(342)	—	—	(4.075)
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>4.794</b>	<b>57.933</b>	<b>10.828</b>	<b>26.746</b>	<b>3.360</b>	<b>1.024</b>	<b>21.929</b>	<b>210</b>	<b>126.824</b>

\*Valor transferido para a linha de estoque no Balanço Patrimonial.

## 10 Intangível

Está representado pelos custos incorridos na obtenção da licença de operação, compensação ambiental, direito de extensão de outorga (GSF) e outros intangíveis cujos saldos e movimentação estão a seguir apresentados:

	Taxa média de amortização a.a.	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
		<b>31.12.2024</b>			<b>31.12.2023</b>		
Softwares	20,00 %	136	(136)	—	136	(116)	20
Extensão de outorga	8,39 %	7.772	(2.120)	5.652	7.772	(1.467)	6.305
Outros Intangíveis	— %	556	—	556	556	—	556
		<b>8.464</b>	<b>(2.256)</b>	<b>6.208</b>	<b>8.464</b>	<b>(1.583)</b>	<b>6.881</b>

	Softwares	Extensão de outorga	Outros intangíveis	Total
<b>1.01.2023</b>	<b>31</b>	<b>6.957</b>	<b>556</b>	<b>7.544</b>
Amortização	(11)	(652)	—	(663)
<b>31.12.2023</b>	<b>20</b>	<b>6.305</b>	<b>556</b>	<b>6.881</b>
Amortização	(20)	(653)	—	(673)
<b>31.12.2024</b>	<b>—</b>	<b>5.652</b>	<b>556</b>	<b>6.208</b>

## 11 Fornecedores

	<b>31.12.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
Fornecedores de materiais e serviços	572	707
	<b>572</b>	<b>707</b>

### Apresentados como:

Passivo circulante	572	707
--------------------	-----	-----

## 12 Imposto de renda e contribuição social

### 12.1 Conciliação dos tributos no resultado

Para fins de apuração a companhia optou pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável. A apuração de IRPJ e CSLL pode ser assim apresentada:

**Santa Fé Energia S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Base de cálculo presumido	50.265	45.429	50.265	45.429
Presunção do lucro tributável - %	8 %	8 %	12 %	12 %
Base de lucro presumido para tributação	4.021	3.634	6.032	5.451
Outras receitas (despesas)	1.096	1.154	1.096	1.154
Base de Cálculo	5.117	4.788	7.128	6.605
Alíquotas aplicáveis - %	25 %	25 %	9 %	9 %
<b>Total</b>	<b>(1.279)</b>	<b>(1.197)</b>	<b>(642)</b>	<b>(594)</b>
Outros efeitos em tributos	(60)	24	(45)	—
Dedução adicional IRPJ	24	—	—	—
IRPJ e CSLL no resultado	(1.315)	(1.173)	(687)	(594)

**13 Partes relacionadas**

As operações são prestadas em condições específicas acordadas entre a Companhia, sua controladora e demais empresas do mesmo grupo econômico. As transações de compra e venda de energia são baseadas em termos e condições vigentes e disponíveis para terceiros. Os serviços prestados e tomados são transacionados com base em acordos contratuais entre as partes e seguem condições comerciais normais que, eventualmente, podem representar uma variação de preços em relação ao mercado.

Os saldos patrimoniais são assim demonstrados:

		31.12.2024	31.12.2023
Ativo Circulante			
Contas a receber			
Santa Rosa S.A.	(ii)	8	—
		<b>8</b>	<b>—</b>
Passivo circulante			
Fornecedores			
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(ii)	68	90
Statkraft AS	(i)	278	259
Statkraft Energi AS	(i)	28	49
Statkraft Comercialização de Energia S.A.	(ii)	3.203	—
		<b>3.577</b>	<b>398</b>

## Santa Fé Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, as transações ocorridas no resultado no exercício de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 :

Resultado		<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Receita na venda de energia elétrica			
Statkraft Comercialização de Energia S.A.	(ii)	1.803	—
		<u>1.803</u>	<u>—</u>
Custo com serviços de partes relacionadas			
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(ii)	(623)	—
Statkraft Comercialização de Energia S.A.	(ii)	(3.622)	—
Statkraft Energia AS	(i)	(241)	—
		<u>(4.486)</u>	<u>—</u>
Despesas gerais e administrativas			
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(ii)	(736)	(123)
Statkraft AS	(i)	(1.821)	—
Santa Rosa S.A.	(ii)	(6)	—
Santa Laura S.A.	(ii)	(4)	—
		<u>(2.567)</u>	<u>(123)</u>
<b>Total de Custos e Despesas</b>		<u><u>(7.053)</u></u>	<u><u>(123)</u></u>

- (i) Saldo composto por compartilhamento de custos administrativos.  
(ii) Saldo composto por serviços tomados e prestados de operação e manutenção.

### 13.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia não efetuou pagamento a título de remuneração aos Administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

### 14 Tributos a recolher

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	307	145
Imposto de importação	154	154
Imposto sobre a renda retido na fonte	60	202
Programa de Integração Social / Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	66	35
	<u>587</u>	<u>536</u>
<b>Apresentados como:</b>		
Passivo circulante	587	536

### 15 Patrimônio líquido

## Santa Fé Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 15.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social está representado pelo montante de R\$79.371 (R\$86.371 em 31 de dezembro de 2023) e por 79.371.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, cada uma (86.371.000 ações em 31 de dezembro de 2023), detidas integralmente pela Statkraft Energias Renováveis S.A.

### 15.2 Redução de capital social

Durante o ano corrente a Companhia reduziu seu capital em R\$ (7.000), onde o montante foi convertido em caixa para sua acionista Statkraft Energias Renováveis S.A.

### 15.3 Reservas de lucros

#### 15.3.1 Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

#### 15.3.2 Retenção de lucros

Constitui-se a reserva de lucro o saldo de lucros remanescente não distribuído no exercício em questão, cuja destinação fica a cargo da Assembleia de Acionistas.

### 15.4 Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, será destinado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

Em 2024 foram distribuídos R\$20.061 a título de dividendos adicionais conforme aprovação dos acionistas da Companhia.

O cálculo dos dividendos dos exercícios findos em 31 de dezembro é assim demonstrado:

	<b>31.12.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
Lucro líquido do exercício	30.214	29.637
Constituição da reserva legal	(1.511)	(1.482)
Base de cálculo	28.703	28.155
Dividendo mínimo estatutário - %	25 %	25 %
Dividendos mínimos obrigatórios proposto	7.176	7.039
Dividendos adicionais	20.061	15.246
<b>Total de distribuição de dividendos do exercício</b>	<b>27.237</b>	<b>22.285</b>
Dividendos mínimos obrigatórios proposto por ação - em R\$	0,302	0,296
Dividendos adicionais por ação - em R\$	0,844	0,642
	<b>1,146</b>	<b>0,938</b>

**Santa Fé Energia S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do saldo de dividendos no passivo e patrimônio líquido da conta "Dividendos a pagar" pode ser assim demonstrada:

<b>1 de janeiro de 2023</b>	<b>9.145</b>
Dividendos adicionais aprovados	15.246
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	7.039
Pagamento de dividendos	<u>(24.391)</u>
<b>31 de dezembro de 2023</b>	<b>7.039</b>
Dividendos adicionais aprovados	20.061
Dividendos mínimos obrigatórios proposto	7.176
Pagamento de dividendos	<u>(27.100)</u>
<b>31 de dezembro de 2024</b>	<b><u>7.176</u></b>

**16 Receita líquida**

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	<b>31.12.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
Receita de fornecimento de energia elétrica	53.156	45.537
<b>Total da receita operacional bruta</b>	<b><u>53.156</u></b>	<b><u>45.537</u></b>
Deduções da receita operacional		
PIS	(342)	(296)
COFINS	(1.596)	(1.366)
<b>Total das deduções sobre a receita</b>	<b><u>(1.938)</u></b>	<b><u>(1.662)</u></b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b><u>51.218</u></b>	<b><u>43.875</u></b>

**17 Custos e despesas****17.1 Custos**

	<b>31.12.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
Compra de energia elétrica no mercado de curto prazo	(1.960)	(2.956)
Depreciação e amortização	(4.737)	(4.861)
Encargos setoriais	(908)	(929)
Serviços tomados de partes relacionadas	(4.486)	—
Serviços de terceiros	(57)	(2)
Seguros, fianças e comissões	(1.333)	(1.182)
	<b><u>(13.481)</u></b>	<b><u>(9.930)</u></b>

**17.2 Despesas**

	<b>31.12.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
Serviços de terceiros	(2.122)	(2.049)
Serviços tomados de partes relacionadas	(2.567)	(123)
Encargos setoriais	(119)	(109)
Estudos em desenvolvimento	(54)	(39)
Impostos e taxas	(1.084)	(618)
Materiais	(319)	(342)
Viagens e estadias	(16)	(76)
Aluguel	(73)	(26)
Outros	(68)	(76)
	<b>(6.422)</b>	<b>(3.458)</b>

**18 Resultado financeiro**

	<b>31.12.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Outras receitas financeiras	4	—
Rendimentos de aplicações financeiras	1.123	1.154
Variação cambial ativa	6	—
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>1.133</b>	<b>1.154</b>
	<b>31.12.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
IOF, multas e juros sobre tributos	(23)	(34)
Juros sobre arrendamento mercantil	(18)	(4)
Outras despesas financeiras	(22)	(23)
Variação cambial passiva	(163)	(4)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(226)</b>	<b>(65)</b>
<b>Receitas (despesas) financeiras, líquidas</b>	<b>907</b>	<b>1.089</b>

**19 Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários**

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. A Companhia não identificou perdas com riscos prováveis para fins de provisão no exercício de 2024.

**19.1 Contingências possíveis**

Os valores avaliados com risco possível de desembolso, não tem provisão contábil, sendo apenas mencionados nesta nota explicativa. No encerramento do exercício de 2024, a Companhia apresenta uma contingência possível de natureza cível no montante de R\$182 (zero em 31 de dezembro de 2023).

**20 Resultado por ação**

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido (ou prejuízo) disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais efeitos diluidores e por isso o resultado do lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

	<b>31.12.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	30.214	29.637
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	83.207	86.371
Lucro diluído por ação	<b>0,363</b>	<b>0,343</b>

**21 Outros riscos****21.1 Risco da não prorrogação da autorização ou concessão**

A Companhia possui autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica sem nenhum pagamento pelo uso do bem público. Caso a prorrogação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que a autorização hoje outorgada a Companhia será, por ocasião de seu vencimento, prorrogada pelo poder concedente.

**21.2 Risco hidrológico**

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas. Como a Companhia faz parte do ambiente do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da quantidade de energia elétrica e potência efetivamente comercializada pelas usinas participantes do ambiente, limitada à energia assegurada, cuja quantidade é fixa e determinada pelo poder concedente, constando da respectiva concessão e suas alterações subsequentes emitidas pelo poder concedente.

As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo MRE, cujo principal propósito é mitigar os riscos hidrológicos assegurando que todas as usinas participantes recebam pela quantidade comercializada da energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada.

**22 Seguros**

A companhia figura como cossegurada em apólice de seguro de Riscos de Engenharia e Responsabilidade Civil, com coberturas determinadas por orientação de especialistas, com vigência de 1º de abril de 2025 a 31 de março de 2026.

**23 Eventos Subsequentes**

Em 3 de fevereiro de 2025, ocorreu a Alteração da Diretoria Estatutária da Companhia. O Conselho de Administração, por unanimidade, aprovou a eleição do Sr. Thiago Maciel Tomazzoli, para o cargo de presidente.